

Assembleia Legislativa

An Presidente da Comissão de para os devidos fins.

Conceição de Maria Lagas Rodrigues Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

200bid 2020 34/08/2020

Ao Deputado Flono

120/00

para relatar.

Em \$1 / 08 / 2020

Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente Processo AL nº 17327-18 -Mensagem nº 30/18 - Projeto de Lei nº 25/18 -"Altera a Lei nº 5.134, de 10 de maio de 2000, que "Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Piauí e dá outras providências."

Regime de Tramitação: Ordinária Autor: Governo do Estado do Piauí Relatora: Deputada Flora Izabel (PT)

PARECER Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher Nº

Em cumprimento às previsões definidas no arts. 34, inciso VIII "b" do Regimento da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher o Processo AL nº 17327/18 – Projeto de Lei $n^0 25/18$.

/20

A apreciação do Projeto de Lei 25/ 18 foi submetida aos regramentos constitucional e regimental. O referido projeto fora aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça.

O projeto de lei ora apresentado tem como por objetivos alterar dispositivos da Lei nº 5.134, de 10 de maio de 2000, que Cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher do Estado do Piauí, para vinculá-lo à Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, e adaptar a sua composição, tornando-o mais representativo no tocante ao segmento de luta em defesa das mulheres.

O Conselho Estadual de Direito da Mulher busca fortalecer as políticas públicas voltadas às mulheres, eliminando a discriminação e assegurando A specieção do Todos de F. 1 de 18 foi entresión cos organisment Comissão Permanente - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

condições de liberdade, igualdade e participação ativa na sociedade, articulando, dessa forma, ações para que as políticas sejam efetivadas na prática.

A proposição, em seu texto assegura a representatividade tanto do governo como da Sociedade Civil "Art. 4º O Conselho Estadual de Defesa da Mulher-CEDDM-PI, será constituído por 26 (vinte e seis) conselheiras efetivas e respectivas suplentes (...)." 50% (cinquenta por cento) de órgãos e entidades estaduais e 50% (cinquenta por cento) de entidades da Sociedade Civil, assim estará estabelecida uma composição paritária.

Amparado pela a legislação especifica, houve o recebimento pela Mesa Diretora de um Oficia Aditivo nº 029/ GG com o objetivo de propor alteração na Mensagem n⁰ 30/GG- P.L. n⁰25/18.

Mantendo a redação do P.L. nº 25/18, ficando alterado apenas o art. 4º, inciso II, e inciso XIV, alíneas "b" e "d";

Art. 4°, inciso II- não constará mais o representante da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, devido à extinção da mesma na Reforma Administrativa do Estado em 2019 e será substituído pelo representante da Coordenadoria da Juventude do Piauí;

E inciso XIV, já nas alíneas "b" e "d" - alínea "b" acrescentado às palavras entidades de classe e na alínea "d" foi suprimida a palavra religioso.

O referido projeto satisfaz plenamente às exigências formais e de mérito desta Comissão Técnica Permanente.

Eis o Relatório.

Michigan et billig et et billig et e

lacina di e locke 3172, 260e e 197 e 196;

ye ya kunta di bir majika di 1980

II - Voto da Relatora Após análise circunstanciada da Mensagem nº 30/GG- P.L. nº 25/18, submetida à apreciação desta Comissão Permanente, a deputada Relatora vota Comissão Permanente - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

pela aprovação da matéria, desde que acatado o Oficio Aditivo nº 029/ GG que foi juntado ao projeto de lei e elencado no Relatório deste parecer.

III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher, após discussão e votação da matéria, delibera:

(X) pelo acatamento do Voto da Relatora, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a adjunção de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() pela rejeição do Voto do Relator, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 08 de setembro de 2020.

DO À UNANIMIDADE

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:

NULLHED

Deputada Flora Izabel Relatora